



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

...ado, em Resumo  
J.ETCM de 05/02/15  
[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]

## PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Processo TCM nº 08961-14

Exercício Financeiro de 2013

Prefeitura Municipal de CACULÉ

Gestor: **José Roberto Neves**

Relator **Cons. Plínio Carneiro Filho**

### DELIBERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e com arrimo no inciso VIII, do art. 71, da Constituição Federal, no inciso XIII, do art. 91, da Constituição do Estado da Bahia, nos arts. 68 e 71 e incisos, da Lei Complementar nº 06/91, e no § 3º, do art. 13, da Resolução TCM nº 627/02, e:

Considerando a ocorrência de débito, resultante de irregularidades praticadas pelo Sr. **José Roberto Neves**, Gestor da Prefeitura Municipal de Caculé, durante o exercício financeiro de 2013, todas devidamente constatadas e registradas no processo de prestação de contas TCM nº 08961/14, sem que, contudo, tivessem sido satisfatoriamente justificadas;

Considerando que as ditas irregularidades atentam, contra a norma legal, e contrariam os mais elementares princípios de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

Considerando a competência constitucional, no particular, dos Tribunais de Contas, e, em especial, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, nos termos das alíneas "b", "c" e "d", do inciso III, do art. 76, da Lei Complementar nº 06/91;

#### RESOLVE:

1) imputar ao gestor **José Roberto Neves**, com fundamento no(s) inciso(s) II combinado com o art. 76, inciso III, da mencionada Lei Complementar nº 06/91, em razão das irregularidades constatadas, multa no valor de **R\$6.000,00 (seis mil reais)**, notadamente em razão dos questionamentos com processos licitatórios.

Notifique-se o Sr. Prefeito, enviando-lhe cópia do presente, a quem compete, na hipótese de não ser efetivado, no prazo assinalado, o recolhimento da quantia devida, adotar as providências pertinentes, inclusive judiciais, se necessário, no sentido de cobrá-la, já que as decisões dos Tribunais de Contas, por força do estatuído no § 3º, do art. 71, da Constituição Federal, das quais resulte imputação de débito ou multa, têm eficácia de título executivo.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

**SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO  
ESTADO DA BAHIA, em 03 de fevereiro de 2015.**

**Cons. Fernando Vita**  
**Presidente em Exercício**

**Cons. Plínio Carneiro Filho**  
**Relator**

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br) e acesse o formato digital assinado eletronicamente.